

[URBANISMO – Diretor da CMTT atribui engarrafamentos a fechamentos de vias que passam por reformas

Trânsito lento além dos horários de pico

Fernanda Morais

Há algum tempo os congestionamentos deixaram de ser restritos apenas aos tradicionais horários de pico. Em algumas regiões da cidade, principalmente a central – como Avenida Brasil, Barão do Rio Branco, Contorno e Goiás – o trânsito fica engarrafado na maior parte do dia. O cruzamento das avenidas Goiás e Brasil é talvez um dos exemplos desse problema.

Outro trecho que apresenta constante lentidão, também na Avenida Brasil, é o que compreende o Brasil Park Shopping, rotatória com semáforo da Rua Barão do Rio Branco até a Avenida Goiás. Em horários de pico (início e final do dia), a situação fica ainda mais complicada. “Isso porque o ano escolar ainda não teve início em todas as unidades da cidade”, disse à reportagem uma motorista, parada num congestionamento às 15 horas.

Segundo o diretor da Companhia Municipal de Trânsito e Transportes (CMTT), tenente Édson Perez, essa lentidão no trânsito em diferentes horários é consequência da interdição, nos últimos três meses, de vias importantes do centro, que passam por obras. Ele cita a Avenida Fayad Hanna, a Rua Tônico de Pina e a



AVENIDA GOIÁS não suporta mais número de carros em grande parte do dia

já liberada Avenida Univer-sitária.

O diretor da CMTT destaca que obras de infraestrutura refletem diretamente no trânsito. As vias fechadas nos últimos meses, chamadas de “artérias” acabaram canalizando o fluxo de veí-

culos para as avenidas Brasil e Goiás e para a Rua Barão do Rio Branco. “Essas ruas já eram movimentadas, mas tudo se agravou devido às obras”.

Édson Perez também atribuiu os congestionamento à frota de veículos da

cidade. Segundo ele, Anápolis tem hoje quase 200 mil carros circulando pelas ruas. “E esse número não para de crescer, já que diariamente são despejados veículos novos nas vias. A cidade não foi planejada e agora sofre os reflexos também de um crescimento desordenado”, afirma o diretor.

Para atuar nesta parte de planejamento, o diretor da CMTT informa que existe um trabalho de desenvolvimento de um plano de mobilidade, que vai “pensar” a cidade como um todo, apontando problemas e buscando soluções. “Pode-se dizer que está demorando a ser finalizado esse projeto, mas estamos há um ano buscando medidas para melhorar o trânsito da cidade, fazendo um trabalho que as outras administrações não se empenharam em fazer. O planejamento será para os próximos 50 anos”.

O diretor da CMTT diz ainda que é preciso haver uma mudança no comportamento dos motoristas. Ele cita como exemplo a campanha de volta às aulas organizada pelo órgão. “Estamos orientando as crianças como se comportar diante do trânsito, mas também ensinamos os pais a darem preferência ao pedestre, por exemplo, e utilizar o cinto de segurança”.

Vencimento do IPTU previsto para 18/03

Marcos Aurélio Silva

No final de fevereiro os contribuintes anapolinos vão começar a receber os carnês para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto Territorial Urbano (ITU), além da Taxa de Serviços Urbanos (TSU). Com a aprovação da nova planta de valores, o IPTU terá um reajuste médio de 5% em relação ao ano de 2009. O imposto chega ainda com algumas outras novidades.

De acordo com a Secretaria Municipal da Fazenda, os reajustes promovidos pela nova planta de valores não vai causar impacto considerável no bolso do contribuinte. Alguns proprietários terão aumento na taxa acima dos 5%, mas em alguns casos o tributo sofrerá até redução, se comparado ao ano passado.

“Trabalhamos muito para chegar a esse resultado e toda a comissão é formada com a participação de entidades representativas da sociedade”, destaca o secretário municipal da Fazenda, José Roberto Mazon. A última planta de valores do município tinha sido feita em 2002. No ano de 2009 foi composta a comissão que elaborou o estudo, que foi aprovado pelos vereadores.

O contribuinte poderá pagar o IPTU ou ITU em até oito vezes. No ano de 2008 os proprietários de imóveis tiveram opção de parcelar em até seis vezes. “Para quem quiser pagar o imposto em uma única parcela, vamos manter o desconto que foi aplicado no ano passado: serão 10%, um índice bem acima da inflação que não chegou a 5%”, revela o secretário.

O IPTU de 2010 terá isenção para imóveis re-

sidenciais cujo valor do imposto não ultrapasse R\$ 30. “Esse benefício não será válido para imóveis comerciais”, esclarece Mazon. Segundo ele, os proprietários de terrenos também terão benefícios para o pagamento do imposto. “Fizemos grandes mudanças nas alíquotas. Em alguns casos houve redução de 50%. Muitas dessas situações se dão principalmente naqueles terrenos situados na periferia”, conta.

Os carnês vão começar a ser distribuídos no final do mês de fevereiro e deverão ter vencimento em 18 de março. O prazo será mais longo que em 2008, que teve o vencimento ainda no segundo mês do ano. A Prefeitura deve iniciar uma campanha publicitária maciça para orientar o contribuinte sobre as novidades do IPTU e ITU.

O estudo da Comissão de Plantas de Valores levantou que há hoje em Anápolis 182 mil imóveis residenciais e comerciais. Quanto aos lotes, são aproximadamente 60 mil na área urbana da cidade. “Mudamos toda essa planta e sabemos que pode ter algum erro e para isso estamos preparados para o atendimento”, considera o secretário da Fazenda, que está disponibilizando servidores para esclarecer dúvidas do contribuinte.

No ano passado a Prefeitura arrecadou cerca de R\$ 25 milhões com o IPTU e o ITU. Com as novidades para o tributo neste ano, a Secretaria da Fazenda espera ultrapassar essa marca. “Trabalhamos com uma projeção maior que a do ano passado. As expectativas são boas já que a população está sentido todos os seus impostos têm retorno em obras”, avalia Mazon.

CMEI supre carência no Filostro

O primeiro mês do ano foi de conquistas para a dona de casa Kelly Regina Vieira, que atualmente é moradora do residencial Vila Feliz, no conjunto Filostro Machado. Na manhã da última terça-feira (26) ela participou da inauguração do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Paulo Freire. A dona de casa comemorou a matrícula da filha de três anos, uma das 91 crianças que será atendida pela unidade. “Eu ganhei uma casa [era moradora do bairro Santa Maria de Nazareth]. Além da minha filha não ter local para passar o dia, eu ainda tinha problemas de segurança quando começava a chover”, relatou.

Assim como Kelly Regina, outra mãe que ficou agradecida com a inauguração do CMEI foi Maria Aparecida. Ela conta que o filho de 4 anos já está matriculado na instituição. Antiga moradora da área verde da Cidade Jardim, ela diz que com o filho estudando mais próximo de sua casa, ganha mais tempo para conseguir arrumar trabalho. “Se eu tivesse que me deslocar para outro setor, eu perderia boa parte do meu dia, o que atrapalharia arrumar emprego”, considerou.

Em seu discurso, o prefeito Antônio Gomide (PT) disse que a região do Filostro Machado pode continuar tranquila. “Fico muito feliz em poder voltar a este bairro depois de participar da entrega das casas e inaugurar uma unidade de ensino para nossas crianças” ressaltou.

O prefeito lembrou que



KELLY Regina comemora matrícula de filha de três anos na unidade de ensino

além da creche, no final do ano passado foram entregues as casas do residencial Vila Feliz que recebeu famílias de áreas de risco dos Bairros, Jandaia, Anápolis City e Santa Maria de Nazareth. Segundo ele, o Cmei era uma necessidade para região que ficou mais populosa com a chegada das famílias contempladas com essas moradias. “Sei que ainda tem muito que ser feito. Estou trabalhando para cada dia melhorar a vida de toda população. Esse é o resultado do imposto que vocês estão pagando”.

Antônio Gomide também destacou que os centros municipais de educação infantil se tornam cada dia mais importantes para auxiliar as famílias. O prefeito comentou

que com a criança estudando em uma rede que oferece proteção, educação, alimentação e convivência harmônica os pais passam a ter mais tranquilidade para sair de casa e providenciar meios de melhorar a renda familiar. “Temos grandes profissionais, são professores qualificados que vão desempenhar seu papel de maneira que os pais fiquem despreocupados”.

Para a construção do Centro Municipal de Educação Infantil Paulo Freire foi feita uma parceria entre a Prefeitura de Anápolis, a União e a Caixa Econômica Federal. O valor total da obra foi de R\$ 350 mil. São quatro salas de aula, cozinha, área de recreação, diretoria, lavanderia e banheiros. Du-

rante a inauguração toda equipe que vai trabalhar no Cmei Paulo Freire já estava definida e as aulas tiveram início na manhã da última quarta-feira (27).

São crianças de dois a cinco anos de idade e de acordo com a secretária municipal de Educação, Virgínia Melo, a equipe destinada para atuar no CMEI é competente e tem experiência para lidar com crianças. “Aqui elas vão desenvolver a parte cognitiva e o psicomotor. Além disso, essas crianças têm todo um amparo emocional e de socialização. Eu posso dizer que é um grande presente para as famílias”.

Durante a cerimônia no Filostro Machado, o prefeito Antônio Gomide anunciou que a Prefeitura já tem autorização do MEC para construir um CMEI no Jardim Tropical. “Já estamos trabalhando para que isso acontecesse há um bom tempo, mas agora é realidade”, disse. Gomide acrescentou que a ordem de serviço para esta obra já está pronta e a construção do centro educacional está prevista para ser iniciada na próxima semana.

O prefeito prometeu mais cinco novas unidades voltadas à educação infantil ainda este ano. A ideia é que os CMEIs passem a atender no começo de 2011. “Sabemos que Anápolis cresceu e durante alguns anos alguns setores não acompanharam o desenvolvimento. A educação é um dos pilares da nossa administração”, finalizou Gomide. (Fernanda Morais)

Saiba mais

O Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é um imposto brasileiro instituído pela Constituição Federal cuja incidência se dá sobre a propriedade urbana. Ou seja, o IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de propriedade imóvel localizada em zona urbana ou extensão urbana. Em caso de áreas rurais, o imposto sobre a propriedade do imóvel é o ITR. Os contribuintes do imposto são as pessoas físicas ou jurídicas que mantêm a posse do imóvel, por justo título.

A função do IPTU é tipicamente fiscal, embora também possa função social. Sua finalidade principal é a obtenção de recursos financeiros para os municípios, embora ele também possa ser utilizado como instrumento urbanístico de controle do preço da terra.

Atualmente ele é definido pelo artigo 156 da Constituição de 1988, que o caracteriza como imposto municipal, ou seja, somente os municípios têm competência para aplicá-lo. A única exceção ocorre no Distrito Federal, unidade da federação que, em sua mesma atribuições dos Estados e dos

municípios. No Brasil, o IPTU costuma ter papel de destaque entre as fontes arrecadatórias municipais, figurando muitas vezes como a principal origem das verbas em municípios médios, nos quais impostos como o ISS (Imposto Sobre Serviços, outro imposto municipal brasileiro de considerável importância) possuem menor base de contribuintes.

A base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel sobre o qual o imposto incide. Este valor deve ser entendido como seu valor de venda em dinheiro à vista, ou como valor de liquidação forçada. É diferente de seu valor de mercado, onde o quantum é ditado pela negociação, aceitação de parte do preço em outros bens, entre outros artifícios, enquanto aquele, isto é, o valor venal, é ditado pela necessidade de venda do imóvel em dinheiro à vista e em curto espaço de tempo. Por isso, o valor venal de um imóvel pode chegar a menos de 50% de seu valor de mercado. A alíquota utilizada é estabelecida pelo legislador municipal, variando conforme o município.